

AS MIGRAÇÕES DE BRÁS CUBAS ou contracenar da identidade

Elvya Ribeiro Preira

O saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.
Michel Foucault

O nome Brás Cubas, com Machado de Assis (1839-1908), baliza uma nova formulação estética na literatura brasileira. Tal formulação, diríamos, é marcada por fortes deslocamentos tópicos (entre ficção e história) no contexto da narrativa até então produzida entre nós. Primeiro, o texto de Machado promove a subversão do uso corrente da perspectiva, instaurando a narrativa como fragmento de registros existenciais dissipados por uma memória irônica, estimulada no espaço imponderável da morte, o qual desestabiliza o suporte retórico da integridade psico-social. Segundo, o *nonsense* inerente às “memórias póstumas” deságua na quebra do *sentido histórico metafísico* romântico, voltado para as *origens*, instaurando um *sentido histórico* construído na dispersão dos acontecimentos, de feição *genealógica*. Como diz Michel Foucault, na esteira de Nietzsche¹, “a genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da «origem»”(Foucault, 1979: p. 16). Com o nome *Brás Cubas*, Machado de Assis articula a imagem, ficcional e histórica, do protagonista como um signo móvel e equívoco, signo de transgressões de fronteiras discursivas, e de rasuras culturais na arquitetura utópica do Romantismo.

Para encenar as sugestivas e mesmo labirínticas faces (histórica, poética, crítica, metatextual e reflexiva) de Brás Cubas, é preciso assumir os riscos inerentes a um olhar que se pretende múltiplo e deslocado, um olhar que busca inscrever no objeto sentidos insuspeitados: “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os espera e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (*idem*, p. 15). É preciso lançar-se na dispersão dos “fatos”, recolher os fragmentos históricos e culturais que, aproximados, sobrepostos, entrecruzados, ganham um outro brilho, produzem novas articulações discursivas.

Brás Cubas articula-se, desta forma, não apenas como personagem restrito ao romance de Machado de Assis, mas, sobretudo, como *figura* mutante que possibilita leituras críticas na interface literatura/história, problematizando conceitos utópicos e padrões estéticos. Partindo do romance *Memórias póstumas*, podemos traçar algumas rotas de um *enredo* transversal que se nos configura nas diversas faces de Brás Cubas potencializadas por Machado. Propomos, portanto, uma leitura indicial dessa figura, com ela traçando uma complexa rede de relações discursivas.

Começamos, enfim, pelo terceiro capítulo das *Memórias póstumas*, significativamente denominado “Genealogia”, que tem lugar privilegiado nesta viagem crítico-reflexiva. No capítulo estão codificados, implícita e explicitamente, os elementos que perpassam o olhar emblemático de Machado sobre questões históricas e identitárias da família Cubas e, por extensão, da própria nação. Instaura-se, sobretudo neste capítulo, um jogo de deslocamentos em torno da figura Brás Cubas, a qual se torna, em nossa perspectiva de leitura, tanto uma figura mais conceitual, quanto personagem histórica ou ficcional. Capitaneado pelo romance de Machado, o “signo” Brás Cubas migra, como uma idéia errante, por diferentes contextos literários, históricos e culturais brasileiros. Vejamos, então, o referido capítulo:

Mas, já que falei nos meus dous tios, deixem-me fazer um curto esboço genealógico.

O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. *Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós* – dos avós que a minha família sempre confessou, – porque o Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez

mau tanoeiro, ao passo que o Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha.

Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto de Damião, que o dito apelido fora dado a um cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prêmio da façanha que praticou, arrebatando trezentas cubas aos mouros. Meu pai era homem de imaginação; escapou à tanoaria nas asas de um *calembour*. Era um bom caráter, meu pai, varão digno e leal como poucos. Tinha, é verdade, uns fumos de pacholice; mas quem não é um pouco pachola nesse mundo? Releva notar que ele não recorreu à inventiva senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homônimo, o Capitão-mor, Brás Cubas, que fundou a vila de S. Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Brás. Opôs-se-lhe, porém, a família do capitão-mor, e foi então que ele imaginou as trezentas cubas mouriscas. (1994: 515-6; v. 1; grifos nossos, exceto da palavra “calembour”, com grifo do autor)

Veremos que o romance machadiano se apresenta como ponto de inflexão e, ao mesmo tempo, de projeção das imagens provocativas de Brás Cubas em alguns dos nossos contextos culturais. No romance se cruzam dimensões históricas e ficcionais da personagem: os Cubas machadianos, com a estratégia de *falsificação da origem*, quase se inseriram na linhagem histórica, *oficializada*², do seu homônimo histórico, o “fidalgó” português que fundou a Vila de São Vicente, em meados do século XVI, e que combateu os Tamoios confederados. Desmascarados nessa *genealogia*, eles optam por uma outra “origem”, sustentada não mais na *falsificação* de uma linhagem aristocrática, mas, agora, na *invenção* de uma heroicidade, reportando-se às cruzadas contra os mouros na África³ como fundo originário daquela família Cubas. Contudo, ao explicitar o processo de depuração histórica em jogo, o narrador machadiano põe a descoberta a engenharia de formação da identidade: não se trata de fixar uma *origem*, mas de apontar uma direção que é irreduzível a um tempo pleno e homogêneo do “princípio”. Vejamos, com Foucault, como se articula o jogo das identidades fixas inerente a esse tempo mítico: “Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira.” (Idem, p. 17)

Não se trata, com a *genealogia* de Brás Cubas, de uma mera falsificação da história (plano elementar do enredo), mas de uma *rasura* ou *aniquilamento* da “metafísica da origem” travestida de fato histórico (ironia-crítica do jogo ficcional). Podemos dizer que, para o olhar genealógico, o “rosto” da *verdade* histórica (sua integridade “de fato”)

não passa de uma construção das máscaras retóricas que tentam conformar a diversidade e os *disparates* subjacentes à imagem da *origem*.

Paralelo a esse plano genealógico do enredo, o romance machadiano nos suscita as figuras de Brás Cubas referidas por Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882), em seu livro *A Confederação dos Tamoios* (1856), e por José de Alencar (1829-1877), na famosa polêmica em torno deste poema épico. Mais conhecido como autor de *Suspiros poéticos e saudades* (1836), livro consagrado como marco inicial do Romantismo no Brasil, Gonçalves de Magalhães teve uma intensa participação na vida política e cultural do período. Em *A Confederação dos Tamoios*, ele “relata” a luta dos Tamoios contra os “invasores portugueses”. A Confederação dos Tamoios representa “um dos episódios mais importantes da história do Brasil no começo da colonização euro-péia”, conforme destaca Edmundo Moniz, argumentando que “foi a primeira reação nativista que teve uma amplitude inimaginável, deixando os colonizadores em plena defensiva” (Moniz, *in* Magalhães, 1994: p. 11). O poema de Magalhães narra, em seus 10 cantos, a luta e o extermínio dos índios confederados e a conseqüente fundação da cidade do Rio de Janeiro por Estácio de Sá.

Quando *A Confederação dos Tamoios* foi publicada, José de Alencar era um jovem e desconhecido aspirante a escritor, que trabalhava como redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Insatisfeito, Alencar contesta os méritos do poema que, sob os auspícios do imperador Pedro II, ganhava fama e prestígio oficiais. Vejamos o que diz a respeito Raimundo Magalhães Júnior:

D. Pedro II encantou-se com o poema e com o seu autor, mas José de Alencar não foi da mesma opinião. Viu, na publicação de *A confederação dos Tamoios*, uma oportunidade para exercer o seu espírito crítico, apontando as deficiências da obra do escritor já famoso, e provocando a atenção dos leitores para o Diário do Rio de Janeiro. Evidentemente, era um prato de sensação, surgir alguma pena, num jornal diário, antagonizando um poeta que, embora ausente, era sabidamente patrocinado pelo Imperador. (1970: 51)

Alencar escreve suas oito “Cartas sobre a Confederação dos Tamoios” sob o pseudônimo de “Ig” (iniciais de Iguaçu, heroína do épico de Gonçalves de Magalhães), mantendo “o maior incógnito”, conforme revelou tempos depois. Polemizando com o autor destas *Cartas*, foram surgindo alguns contendores em defesa de Gonçalves de Magalhães, como Manoel Araújo Porto Alegre, sob o pseudônimo “O amigo do poeta”; Frey Francisco de Monte Alverne, orador e poeta, que entra na querela a pedido do Imperador; e o próprio D. Pedro II, o único que mereceu resposta direta do

senhor “Ig”. Por sua vez, um tal “Omega”, “possivelmente Pinheiro Guimarães” (dramaturgo), conforme José Aderaldo Castelo, entra na polêmica não para criticar ou defender Alencar, mas para “desmascarar” a confraria literária, “o grupo de elogios mútuos” que se formou em torno da figura de Gonçalves de Magalhães. (Castelo, 1953: p. XI)

As “Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*” foram publicadas de 10 de junho a 15 de agosto de 1856, no *Diário do Rio de Janeiro*. O jovem polemista consegue plenamente o seu objetivo de provocar uma reflexão crítica em torno da produção literária local, cujo desafio maior era poder conciliar forma e conteúdo na busca de uma expressão nacional(ista).

Ao optar pelo nome BRÁS CUBAS, incomum e bastante marcado por uma polêmica de grande repercussão nos meios literários, Machado de Assis⁴ possibilita-nos, por uma série de associações e inferências, a visualização de um outro plano retórico em que se insere a personagem, ou seja, um plano agenciador de emergentes questões históricas e nacionalistas. José de Alencar, na intitulada “Última carta sobre *A Confederação dos Tamoios*” (a qual, apesar do título, passaria a ser a quinta, já que ele retoma a polêmica e escreve mais três cartas), critica a pobreza de linguagem e de sentimento do poema de Gonçalves de Magalhães, ao seu ver, intolerável:

Mem de Sá, Estácio de Sá, Salvador Correia, os fundadores e o primeiro alcade do Rio de Janeiro, não merecem uma página do poema; entram apenas como partes mudas no fim da representação para assistirem ao desfecho. O Sr. Magalhães prefere ocupar-se com um certo BRAZ CUBAS, a propósito de um episódio de vingança do que descrever-nos esses bustos históricos, que a par de Martin Affonso formam o frontespício da primeira cidade da América do Sul. (Alencar, in Castelo, org., 1953: 37-8, grifos nossos)

O ideário nacionalista do autor de *Iracema* condena o poema de Magalhães, entre outras coisas, por dar espaço demasiado a esta que ele considera uma figura secundária na história do Brasil. É como invasor das terras tamoias, traidor da confiança de um povo e, por fim, como cruel escravizador de índios que tal “fidalgo” português aparece no poema épico de Gonçalves de Magalhães. A figura de Brás Cubas delineada por Magalhães, aparentemente⁵, iria contrariar o ideário nacionalista de Alencar, ideário que se projeta numa conciliação das raças em que sobressaem os valores *positivos* e a força *civilizatória* do colonizador. Em Machado, por sua vez, este Cubas histórico de Magalhães também rasuraria a fachada de heroicidade ou de aristocracia almejada pelo pai do protagonista das *Memórias póstumas*, estando, por outro

lado, em consonância com a trajetória maculada do herói do romance e, por extensão paródica, dos *heróis* nacionais construídos pela visão do colonizador. Sobressai, aqui, a ironia machadiana. O *defunto autor* constrói a própria genealogia à margem das “verdades” oficiais, ou seja, no rastro das fraturas históricas e retóricas, seja em relação à identidade familiar, seja no contexto da “origem” da nação e dos vultos nacionais.

A crítica de José de Alencar à *Confederação dos tamoios* aprofunda-se no sentido de questionar a estrutura épica do poema, condenando o fato de que ele começa por um episódio menor:

É a morte de um simples guerreiro índio, assassinado por dous colonos, que decide da aliança das tribus indígenas, contra a colônia de São Vicente. (...) *a causa* do poema, o princípio da ação não está de modo algum nas regras da epopéia. Derivar de um facto accidental e sem importância a luta de duas raças, a extinção de um povo e a conquista de um paiz, é impróprio da grandeza do assumpto. (...) Na minha opinião o Sr. Magalhães teria feito melhor se abrisse o seu poema pelo conselho dos chefes tamoyos que tem lugar no canto 2; e depois, explicando a causa da confederação, fizesse valer o sentimento nacional, a liberdade, e o captiveiro dos índios. (Idem, p. 7; grifos do autor)

Vejamos, abaixo, um trecho deste episódio que envolve o conselho dos chefes tamoios, destacado por Alencar. Interessa-nos observar aqui as dicotômicas imagens de índio descritas por Gonçalves de Magalhães, ratificando um tradicional discurso colonizador:

Em defesa da vida e liberdade
Contra as injustas agressões contínuas
Dos lusos, confederam-se os Tamoios.
Nenhum instinto mau à guerra os chama;
Dever, que a pátria impõe, os arma e liga.

Bravos são os Tamoios, e descendem
Da nação dos Tupis, que em tribos várias
Todo esse imenso litoral brasílio
Numerosa povoa. Eles não erram
Sem tabas, nos sertões, como os terríveis
Ferozes Aimorés, raça Tapuia. (Magalhães, op. cit., p. 49)

Nesses versos de Magalhães, os tamoios, descendentes da grande “nação” tupi, correspondem a uma imagem positiva de índio, a um povo bravo e organizado, a uma *nação*⁶. Os *tamoios*, em verdade, melhor se ajustariam aos propósitos do processo colo-

nizador português, por isso são representados como o “índio bom”, passível à heroicização, ainda que, paradoxalmente, índio subjugado pela cruz e pelas armas portuguesas. Por outro lado, a imagem dos *aimorés* constrói-se em contraponto à do “índio bom”, aparecendo na visão dos cronistas como bárbaros. Os aimorés ou tapuias, aqueles que não falavam o tupi, eram formados por grupos falantes de vários dialetos. Eram, segundo os portugueses, os índios de “língua travada”.

Os aimorés, nômades e plurilíngues, dificultavam as estratégias expansionistas da colonização. Em se tratando da conquista da terra e da sua exploração material, a “errância” e a “ferocidade” desses grupos indígenas não favoreciam a uma convivência “pacífica”, com vistas a uma aliança entre índios e portugueses que garantisse não só o povoamento de um domínio tão extenso, como a formação de uma mão-de-obra escravizada. No que diz respeito à conquista espiritual, o plurilinguismo era um obstáculo à aculturação, através da “palavra de Deus”, diferentemente do que aconteceu com os grupos que pertenciam ao tronco lingüístico tupi, que foram “normatizados” pela gramática missionária dos jesuítas. Assim, no poema de Magalhães, a negatividade recai basicamente nas figuras de Brás Cubas, representando o “português mau”, e nos Aimorés, nação indígena selvagem e bárbara.

Comparemos a citada passagem do poema de Magalhães com um fragmento do romance *O Guarani*, de Alencar, no qual se enfocam os aimorés:

Homens quase nus, de estatura gigantesca e aspecto feroz; cobertos de peles de animais e penas amarelas e escarlates, armados de grossas claves e arcos enormes, avançam soltando gritos medonhos.

A inúbia retroava; o som dos instrumentos de guerra misturado com os brados e alaridos formavam um concerto horrível, harmonia sinistra que revelava os instintos dessa horda selvagem reduzida à brutalidade de feras.

– Os aimorés!... repetiram os aventureiros empalidecendo. (1964: 188, v II)

Alencar faz sérias restrições à destreza de Magalhães como poeta épico, seja no domínio estrutural do tema, seja no manejo formal dos versos. Contudo, no que se refere à crença na ação civilizatória da colonização, ambos falam do mesmo lugar. Os aimorés, também no romance de Alencar, são o contraponto do “índio bom”, difíceis de serem cooptados pelos interesses colonialistas.

No poema de Magalhães, os índios tamoios, mesmo com seus valores épicos, foram sacrificados em favor de uma missão “civilizatória” que incluía, sobretudo, a tomada da posse da terra⁷. Tal “missão”, que faz parte do ambíguo imaginário romântico, migra para o sonho do índio Jagoanharo⁸ (tamoio rebelado), que guiado pelas

mãos de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, assiste, do alto do Corcovado (em estado de exaltação), o desenrolar da história do Brasil, país ao qual estaria reservado um futuro promissor. Os tamoios, num estranho ideário histórico-ficcional apregoado nesta passagem do poema de Magalhães, deveriam fazer parte deste “futuro grandioso” como mártires, conformando-se com a *verdade da cruz*, com a redenção catequética dos missionários, após o “inevitável” genocídio patrocinado pelas armas expansionistas dos “aventureiros”, dos portugueses *cruéis* e *corruptos*, no poema representado sobretudo por Brás Cubas. Vejamos a fala de São Sebastião a Jagoanharo:

Índio! Se amas a terra em que nasceste,
E se podes amar o seu futuro,
A verdade da Cruz aceita e adora.
Que importa quem a traz ser inimigo,
Se o bem fica, e supera os males todos!
Bons e maus, tudo serve à Providência!
Como de um fruto pútrido, lançado
Sobre a terra, a semente germinando,
Nova árvore produz, e novos frutos;
Assim desses cruéis, corruptos homens,
Que vos flagelam hoje, um santo germe
Aqui produzirá filhos melhores⁹.

Alencar, numa crônica de 21 de janeiro de 1855¹⁰, um ano antes da publicação das suas polêmicas “Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*”, descreve-nos, numa atmosfera de “sonho”, cenas de uma história monumental, protagonizada por heróis portugueses que aqui começaram a desembarcar com a caravela de Martim Afonso de Souza. Embora Alencar não cite, foi nesta expedição que veio *Brás Cubas*, “fidalgo português”, futuro fundador da vila de São Vicente e doador de terras para *A Companhia de Jesus*¹¹. De personagem estruturalmente integrado à narrativa oficial da colonização, Brás Cubas ganha novos matizes ideológicos na visão crítica dos dois escritores românticos: aparece como aventureiro e escravizador de índio no poema de Magalhães; serve de alibi para as críticas de Alencar ao “nacionalismo” épico de *A confederação dos tamoios*, sob o argumento de que se trata de uma personagem secundária da nossa história.

Por sua vez, Machado de Assis, ao trazer esta polêmica figura Brás Cubas para o primeiro plano do seu romance, redimensiona a própria discussão nacionalista de

fundo estético e histórico, no crivo de uma proposta con-textual então dessacralizadora – é o que fica patenteado no “Capítulo XIV / O primeiro beijo”, em que o narrador, ao descrever a sua entrada na vida adulta, constrói uma imagem de incisiva natureza metacrítica:

Tinha 17 anos; pungia-me um buçozinho que eu forcejava por trazer a bigode. Os olhos, vivos e resolutos, eram a minha feição verdadeiramente máscula. Como ostentasse certa arrogância, não se distinguia bem se era uma criança, com fumos de homem, se um homem com ares de menino. Ao cabo, era um lindo garção, lindo e audaz, que entrava na vida de botas e esporas, chicote na mão e sangue nas veias, cavalgando um corcel nervoso, rijo, veloz, como o corcel das antigas baladas, que o romantismo foi buscar ao castelo medieval, para dar com ele nas ruas do nosso século. O pior é que o estafaram a tal ponto, que foi preciso deitá-lo à margem, onde o realismo o veio achar, comido de lazeiras e vermes, e, por compaixão, o transportou para os seus livros. (Assis, 1994: 532-3; v. 1)

Nesta imagem altamente paródica, Brás Cubas, reportando-se ao ano de 1822, ano da Independência política do Brasil, descreve a sua *entrada na vida* adulta, e, por extensão metacrítica, o amadurecimento da própria literatura brasileira, a partir dos escombros das estéticas em voga aqui ou além-mar, seja o ideário romântico, sejam as fixações deterministas do realismo. Em ambos os casos, o *cavalo* que conduziria os nossos valores literários se tornara impotente ou se exauriu enquanto força criativa e simbólica: “O pior é que o estafaram a tal ponto, que foi preciso deitá-lo à margem, onde o realismo o veio achar, comido de lazeiras (...)”. No seu texto de 1858, “O passado, o presente e o futuro da literatura”, Machado já alertava para o fato de que “é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta, não há grito do Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado” (op. cit., p. 787). Assim, imagens como morte, regeneração e transfiguração são caras às peripécias do *defunto autor*, e ao autor de Brás Cubas quando se trata de pensar a nossa independência intelectual e literária, em contrapartida a uma independência política iconizada num lance meramente retórico, o “grito do Ipiranga”.

Por estas e outras marcas funcionais de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, podemos dizer que Machado de Assis elabora este romance com a consciência crítica de que o mesmo ocupa um lugar estratégico no contexto literário brasileiro, um lugar de diálogos e deslocamentos em relação tanto a uma tradição literária nacionalista de cunho ufanista, quanto às perspectivas críticas em torno da identidade e dos valores que ditavam a nossa história.

Se até aqui vimos que o romance *Memórias póstumas* se apresenta como ponto de convergência das diversas facetas de Brás Cubas em função de uma nova proposta literária e de uma particularíssima visão crítica da história, vejamos também como tal figura expande-se na cultura literária brasileira a partir de Machado de Assis.

Neste sentido, a insólita construção ficcional do Brás Cubas machadiano projeta-se como força figurativa na obra de Lima Barreto. O autor de *Policarpo Quaresma* se insere nessa trajetória dos Cubas referindo-se explicitamente à personagem em pelo menos duas crônicas – “Tenho esperança que...” e “Elogio da morte”, ambas de 1918 –, nas quais a complexa figura integra um contexto de reflexão existencial. Contudo, no mesmo Lima Barreto (que também escreveu para uma revista literária chamada “Brás Cubas”), temos a projeção dessa figura tanto em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, história sugestivamente narrada por “Augusto Machado”, como em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, herói que também tem a consciência de que morre sem deixar herdeiros.

Nesse movimento de atração e expansão da personagem, a figura de *Brás Cubas* desloca-se do contexto histórico em direção a um espaço conceitual, ganhando densidade crítica e paródica. Já vimos que *Brás Cubas* migra da narrativa histórica para o poema épico *A confederação dos Tamoios*, e por isso serve como um dos motivos à contundente crítica de José de Alencar àquela obra de Gonçalves de Magalhães (no contexto das discussões estético-nacionalistas) e chega ironicamente ao centro da narrativa machadiana, proporcionando a subversão de valores estéticos e ideológicos e deslocando o *sentido histórico*, da idéia de *origem* para a de *genealogia*.

Com a marca machadiana, linhas retóricas de *Brás Cubas* migram, ainda, em direção às revisões modernistas, ressoando no romance de Oswald de Andrade, *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924) – “memórias” que têm como prefaciador um tal “Machado Penumbra”; e na rapsódia de Mário de Andrade, *Macunaíma* (1928), um herói de feitos sobrenaturais (como o defunto-autor Brás Cubas) e sem nenhum caráter (como a personagem machadiana que, *morto*, não se submete aos disciplinares campos éticos, morais ou psicológicos da sociedade). Por fim, podemos ver na construção *genealógica* da personagem Amleto¹², do romance de João Ubaldo Ribeiro (*Viva o povo brasileiro*, 1984), traços retóricos e expressivos que perfilam o *Brás Cubas* machadiano.

Estabelecendo-se como uma figura nômade, impulsionada pelo movimento migratório determinado por Machado, Brás Cubas desarticula a proposta nacionalista romântica, culturalmente presa à pergunta pela identidade como fonte geradora da narrativa, e interpõe uma perspectiva mais complexa de se pensar a questão da identidade (biográfica e nacional). Deslocando-se do mito da *pureza* da origem, o nosso

defunto autor se locomove como jogo e transgressão – memória construída e história rasurada. São esclarecedoras, aqui, as reflexões de Boaventura de Sousa Santos, pensador português, quanto à pergunta pela identidade que perpassa a produção cultural dos países colonizados de África e América Latina:

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (Santos, 1996: 135)

As *Memórias Póstumas*, sobretudo através da figura migratória de Brás Cubas, podem ser lidas como contraponto às discussões vigentes acerca da identidade nacional. Vemos que Machado de Assis tinha consciência (como leitor crítico dos esforços retóricos românticos) de que, como diz Boaventura, a questão da identidade é “semifictícia e seminecessária”, tendo em vista que “as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções”. Assim, diz o crítico:

Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação. Os artistas europeus raramente tiveram de perguntar pela sua identidade mas os artistas africanos e latino-americanos (...) foram forçados a suscitar a questão da identidade. (...) Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fôra, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. (Idem, p. 135 - grifos nossos)

Esse movimento retórico entre valores em curso, evidente no proceder romântico sob uma ótica finalista, parece ser assimilado criticamente por Machado de Assis, que então busca uma outra ordem de inserção do seu texto na dinâmica literária nacional, criando assim um outro contexto reflexivo para a representação da formação histórico-cultural brasileira. “Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo”, diz o narrador da *Memórias Postumas*, após uma lapidar reflexão *filosófica* sobre o aspec-

to construtivo e mutável do olhar histórico, amparada em exemplos vários, concluindo com um que se refere à vida de Lucrecia Bórgia (1480-1519): “E tu, madama Lucrecia, flor dos Bórgias, se um poeta te pintou como a Messalina católica, apareceu um Gregorovius incrédulo que te apagou muito essa qualidade, e, se não vieste a lírio, também não ficaste pântano”. Diante disso, conclui ironicamente o narrador: “Eu deixo-me estar entre o poeta e o sábio” (Assis, 1994: p. 516). Esta espécie de “entre-lugar” requisitado por Brás Cubas, de ponto de observação crítica que desestabiliza a idéia de uma “verdade” histórica única e idêntica a si mesma, reflete tanto um padrão mental do narrador e do autor-implícito, como se estende à própria lógica interna do romance, que se sustenta numa estética do fragmento levada a cabo através de módulos (capítulos) recorrentes, permutáveis e autocríticos.

Mais uma vez, Boaventura de Sousa Santos pode nos ajudar a compreender estes deslocamentos conceituais de Machado de Assis, os quais abrem novas perspectivas para uma postulação (descentrada) da identidade nacional. Diz o crítico:

Sabemos, por último, que a resposta, com êxito, à questão da identidade se traduz sempre numa reinterpretação fundadora que converte o déficit de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta. Fá-lo, instaurando um começo radical que combina fulgurantemente o próprio e o alheio, o individual e o coletivo, a tradição e a modernidade (Santos, op. cit., p. 136).

Neste sentido, a pergunta pela identidade, numa perspectiva contemporânea, requer uma autoconsciência crítica e construtiva acerca do seu próprio lugar de enunciação. E este lugar, já sabia Machado, não pode ser fixo, sob pena de se deixar prender ao “déficit de sentido” de que fala Boaventura. Talvez por isso o *livro* seja qualificado por Brás Cubas como “mais do que passatempo e menos do que apostolado”(Assis, 1994: p. 516). Segundo Boaventura, “fulgurações deste tipo [que transformam o déficit de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta] podem ser identificadas em criadores culturais e políticos como [no Brasil] Oswald de Andrade”. A partir das próprias reflexões do poeta modernista, diz Boaventura: “Acima de tudo, Oswald de Andrade sabe que a única verdadeira descoberta é a autodescoberta e que esta implica presentificar o outro e conhecer a posição de poder a partir do qual é possível a apropriação selectiva e transformadora dele.” (Idem, p. 136)

Contudo, esse processo de *autodescoberta* já está posto, como princípio operacional, pelo nosso *defunto autor*, Brás Cubas. A personagem – num duplo movimento que não

só aciona suas migrações, como desloca o eixo da questão da identidade do ideal de *pureza* da origem (na invenção/falsificação da linhagem familiar), e de hierarquia funcional (na própria radicalidade da inversão vida/morte) – já aponta para a estratégia “macunaímica” de formalização/problematização da nacionalidade. Diríamos, assim, que tanto Oswald de Andrade como Mário de Andrade se beneficiaram dos influxos críticos e estético-ideológicos potencializados pelo “bruxo” do Cosme Velho.

Senões de leitura

Grande parte da crítica costuma fazer na ficção de Machado de Assis um amplo recorte quase sempre balizado pelas locuções temporais “até” e “a partir de” *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Na leitura desse romance, divisor de águas na própria literatura brasileira, não passa despercebido, aos leitores “ingênuos” ou especializados, o provocativo discurso do *senão do livro*, aquele em que o instável *narrador-defunto-autor*, mais uma vez, se desloca das peripécias narrativas em direção ao *leitor-receptor* (que nem sempre está desperto ou atento às *astúcias* do livro, ao estilo embriagado do escritor):

Começo a arrepender-me deste livro. Não que ele me canse (...). Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica, vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam, e caem... (Assis, 1994: 583)

Antológica pérola retórica, essa passagem se inscreve no pórtico narrativo do livro, e no contexto crítico da época, como um passaporte para a modernidade literária, na qual o jogo da narrativa/produção com a leitura/recepção se insere definitivamente no problemático espaço caracterizado por uma “crise da representação”, seja do mundo, seja do sujeito. É como se Machado nos quisesse dizer que somos frutos da nossa própria ficção, e que toda memória é mesmo um corpo morto que retorna em busca de narrativas que o resgatem do caos, revitalizando-o com novas fulgurações de sentido.

A ironia, sabemos, é componente fundamental das poéticas modernas, atuando como auto-consciência crítica que desestabiliza o poder referencial da linguagem. Nesse contexto, “o senão do livro” de Machado de Assis poderia ser considerado não apenas na perspectiva das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, como também em relação

a um desconcerto maior que se instaurava no seio da então literatura brasileira, visivelmente marcada, estética e ideologicamente, por “um certo instinto de nacionalidade” (Assis, 1994, p. 801-9), conforme alertava o próprio Machado de Assis. Com seu *estilo ébrio*, Machado desloca-se dos parâmetros românticos que configuraram a questão da identidade nacional, abrindo-se aos grandes desafios da literatura e da cultura ocidentais no que se refere a uma crise maior de valores no contexto das representações culturais. No rastro dessas grandes transformações que literatura e arte refletem e implementam a partir da segunda metade do século XIX, o século XX viu nascer e ganhar força uma nova *episteme* nos estudos da linguagem e da literatura, especialmente caracterizada por modelos teóricos e analíticos que privilegiavam a leitura imanente do texto.

A escrita machadiana, com sua irônica percepção do real e seus torneios metalingüísticos, embora não se deixe reduzir por seus aspectos imanentes, nos convida a uma leitura em que a consciência da forma e a exploração deliberada dos recursos técnico-literários ganham relevo e funções estratégicas. Assim, tomando como exemplo a citada passagem de *Memórias póstumas*, o *narrador-autor* e o *leitor-interlocutor* explicitados pelo romance (e, por extensão, pela obra machadiana) podem ser vistos não apenas como referências pessoais num processo de comunicação autor/leitor, mas sobretudo como marcas textuais inseridas num conjunto de estruturas e estratégias literárias articuladas em função de um efeito estético de repercussões literárias e sócio-culturais. Menos ou mais que um autor ou leitor empíricos, teríamos naquela explicitação machadiana forças agenciadoras da narrativa, jogos e deslocamentos de vozes circunscritos ao universo ficcional. As identidades são, acima de tudo, signos negociáveis pelos agenciamentos históricos e narrativos.

A “estética da recepção” tanto pode ser vista no sentido de uma leitura da poética, em que a literatura faz parte de um sistema em diálogo com outros discursos, como pode ser um exercício da poética da leitura, em que o autor é ao mesmo tempo um leitor e um produtor de sentidos. A estética da recepção ajuda, dessa forma, a relativizar o quadro inicialmente imanentista, e abre novas possibilidades de articulação do texto com os vários contextos com os quais dialoga.

Visto isso, poderemos retomar a imagem migratória de *Brás Cubas* nesse cruzamento de recursos formais com discursos estéticos e ideológicos, buscando sua articulação com os contextos que são por ela mobilizados. Como já indicamos, em *Brás Cubas* efetivam-se alguns deslocamentos conceptuais: primeiro, um corte em relação à proposta estética predominante, passando da simbologia utópica romântica à tensão retórica moderna; depois, observa-se uma outra postura ante a decantada questão

da identidade nacional (e biográfica), postura acionada por um movimento sutil de referências discursivas no contexto cultural da época. No crivo desses deslocamentos machadianos, a subversão tanto do realismo ingênuo (abalado desde o *nonsense* de um *defunto autor*), como do sentido histórico linear, que passa a ser construído numa perspectiva *genealógica* (em relação ao personagem e, por extensão, a uma elite e a uma identidade brasileiras) instaurada pelas contracenias da *falsificação* e da *invenção* da origem.

Outras questões de *genealogia*

São diversas as questões de *genealogia* que Machado suscita no terceiro capítulo das *Memórias póstumas*. Em meio a tal diversidade, destacamos, ainda, as que cercam o fundador da família Cubas, que reatualizam duas situações recorrentes na nossa tradição cultural: a da fertilidade da terra brasileira, já anunciada desde a carta de Caminha, e a do desprestígio de algumas modalidades do universo do trabalho (como as que dizem respeito aos pequenos ofícios), que aqui também teriam aportado com os portugueses¹³.

Decerto que a questão da fertilidade da terra reaparece num contexto bastante diverso daquele que se reporta à imagem da terra pródiga, à qual apenas se lançaria a semente, dispensando-se o trabalho de cultivá-la. Machado opera uma suspensão dessa imagem da terra fértil e prodigiosa, descrita pelos cronistas e viajantes e cultuada pelos poetas e escritores românticos, quando nos relata, quase que numa fórmula-síntese, a saga do “primeiro” Cubas: “Fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas”. O próprio recurso da enumeração verbal (de lavrar a permutar), que impõe um certo ritmo operacional à leitura, nos remete a um contexto em que a atitude contemplativa diante dos recursos da “grande natureza” não mais se revertia em prosperidade, nem material nem discursiva. A terra exigia trabalho, exigia cultivo.

Damião Cubas, em sua empreitada, já nos antecipa algumas ações que, mais tarde, seriam protagonizadas pelo Major Policarpo Quaresma, personagem de Lima Barreto. Damião, tanoeiro, certamente não leu uma tradição literária que ufanisticamente escreveu e re-escreveu a prodigalidade da nossa terra, no que esta dispensaria o trabalho sistemático do homem, pois ele *fez-se lavrador*, colheu e permutou seus produtos. Também Quaresma, que embora tenha lido atentamente a tradição ufanista, consultando-a diariamente durante seus trabalhos, cultivou a terra, entregando-se à lida como Damião. Se este prospera na *primeira metade do século XVIII*,

como pequeno lavrador e, quem sabe, chegando a explorador de grandes extensões de terra numa monocultura de cana-de-açúcar que então ganhava força na colônia, através do trabalho escravo do negro, a personagem de Lima Barreto, contudo, não logra sucesso em sua empreitada agrícola, pequena e diversificada, sob as manipulações políticas e econômicas da primeira república, que preservava do modelo colonial a grande propriedade agrícola de monocultura, assegurada então pelo café e pelo trabalho semi-escravo dos imigrantes. Ao se deixar absorver por uma literatura ufanista, Quaresma não dispensa a racionalidade do processo produtivo, mas se mantém “alienado” quanto à realidade que lhe era próxima:

Desde os dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia por inteiro e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades (...) E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros... nem a política que julgava existir havia. A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati. (Barreto, 1969: 283)

“O fundador da minha família foi *um certo* Damião Cubas”. Vimos que com esta frase irônica o narrador começa o seu percurso genealógico; uma ironia entranhada no discurso por um processo de atualização simultânea de fatos e versões, gerando um cruzamento de perspectivas históricas diferenciadas: temos a visão desmistificadora de Brás Cubas reproduzindo e, ao mesmo tempo, atravessando criticamente a narrativa da conversão sócio-cultural da sua família, narrativa que tenta se atualizar como história monumental, íntegra e linear.

Inicialmente, vemos que a expressão “um certo” (Damião Cubas), paradoxalmente, nos coloca diante de uma “incerta origem”, marcada por uma história sinuosa e acidentada, “porque Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e *talvez* mau tanoeiro” (grifo nosso), homem simples que escapou da “penúria” e da “obscuridade” ao deixar o ofício de tanoeiro para fazer-se lavrador. Contudo, mesmo tendo deixado “grosso cabedal” com o trabalho na lavoura, Damião Cubas não foi escolhido para começar a linhagem aristocrática dos Cubas, não era doutor/licenciado, nem tampouco herói (a exemplo do *inventado* cavaleiro que, “nas jornadas da África”, arrebatou trezentas cubas aos mouros). Então é preciso lembrar, com Nietzsche e Foucault, que para a “meta-história das significações ideais”, para a “pesquisa da ‘origem’” conciliadora do presente, “as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição” (op. cit., p. 18). Podemos entender então que a origem “teogônica” da família seja determinada por Luís Cubas, filho e herdeiro de Damião, “um licenciado” que “estudou em Coimbra”, tendo sido “um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cu-

na”, conforme ironiza o descompromissado narrador: “Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós – dos avós que a minha família sempre confessou”. Ao se distanciar parodicamente da narrativa da sua *família* a respeito da origem, Brás Cubas desloca o foco de uma história redentora para uma “pesquisa genealógica” que busca as singularidades dos acontecimentos.

A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está ao lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases. (Foucault, op. cit., p. 18)

Machado de Assis espreita, com a acuidade do olhar de Brás Cubas, o movimento discursivo dos valores históricos que dizem respeito à família do herói e, por clara extensão, à sociedade e à cultura brasileiras. Por exemplo, no exclamativo “Capítulo XLIV”, enfaticamente intitulado “Um Cubas”, o protagonista comenta a reação do pai ao rompimento do seu noivado com Virgília:

Meu pai ficou atônito com o desenlace, e quer-me parecer que não morreu de outra cousa. Eram tantos os castelos que engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados, sem padecer um forte abalo no organismo. *Um Cubas! um galho da árvore ilustre dos Cubas!* E dizia isto com tal convicção, que eu, já então informado da nossa tanoaria, esqueci um instante a volúvel dama, para só contemplar aquele fenômeno, não raro, mas curioso: uma imaginação graduada em consciência. (Assis, op. cit., p. 561; grifos nossos)

Machado, neste momento, fixa o processo de sedimentação do discurso mitologizante, momento em que a (mito)lógica do discurso transcende a racionalidade do próprio enunciador – *uma imaginação graduada em consciência*. Ao desnudar tal processo “teleológico”, Brás Cubas franqueia aos seus *leitores* uma dimensão importante deste contraponto entre “origem” e “genealogia”, pois como diz Foucault, “colocando o presente na origem, a metafísica leva a acreditar no trabalho obscuro de uma destinação que procuraria vir à luz desde o primeiro momento. A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (op. cit., p. 23). Este jogo genealógico pode ser captado não por um discurso que acredita numa força homogênea e coesa da meta-história, ou no processo de reconhecimento (naturalização) do presente pelo passado, e sim por uma

narrativa que procura “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas de apreciação (...)” (*idem*, p. 21).

Vimos que o pai de Brás Cubas só “recorreu à inventiva depois de experimentar a falsificação”, na tentativa de “construir” o seu passado de acordo com os padrões aristocráticos da sociedade brasileira colonial. A chamada *falsificação* refere-se à tentativa de entroncamento “na família daquele famoso homônimo [do narrador], o Capitão-mor, Brás Cubas, que fundou a vila de S. Vicente, onde morreu em 1592”. Temos nesta evocação da figura histórica de Brás Cubas o espaço que nos possibilitou o salto intertextual em torno desta personagem, atualizando a epopéia de Gonçalves de Magalhães, a decorrente polémica de José de Alencar, bem como os diálogos estabelecidos por autores de grande presença programática como Lima Barreto, Mário e Oswald de Andrade e João Ubaldo Ribeiro.

Ao trazer à cena da “origem” familiar do protagonista a polémica figura histórica do *Capitão-mor Brás Cubas*, o romance de Machado de Assis, de certa forma, rasura os discursos nacionalistas dos seus antecessores, Magalhães e Alencar. Machado traz para o plano do reconhecimento público (reconhecimento também almejado pela família Cubas do romance) uma personagem histórica que é retratada em *A confederação dos tamoios* como sujeito vil, traidor e genocida de índios, e que se torna alvo também das críticas de Alencar ao referido poema épico. Assim, o que se apresentava como desvio, como “acidente” histórico a ser deslocado ou mesmo esquecido, ou seja, a presença de Brás Cubas como elemento inserido no processo colonizador e, por isso mesmo, na nossa formação cultural, em *Memórias Póstumas* passa a ser uma “força” histórico-social de primeiro plano, ou ainda, Brás Cubas passa a integrar a lógica do sistema colonial e das nossas elites sócio-econômicas e políticas.

Vale a pena lembrar que o capítulo da “Genealogia” começa por uma referência ao capítulo anterior, dedicado ao “emplasto”: “Mas, já que falei nos meus dous tios (...)”. Trata-se de uma opinião desses *dous tios* a respeito do sucesso e da fama, enfim, da *glória*¹⁴ (ASSIS, op., cit., p. 515) tão almejada por Brás Cubas através do seu *emplasto*:

Um tio meu, cônego de prebenda inteira, costumava dizer que o amor da glória temporal era a perdição das almas, que só devem cobiçar a glória eterna. Ao que retorquia outro tio, oficial de um dos antigos terços de infantaria, que o amor da glória era a cousa mais verdadeiramente humana que há no homem. (*Idem*, p. 515)

A este debate, conclui o irônico narrador, dirigindo-se ao seu público: “Decida o leitor entre o militar e o cônego; eu volto ao emplasto”. (Id., *ibid.*) Esta passagem ganha relevo especial dentro deste contexto mais amplo em que estamos trabalhando a imagem de Brás Cubas. Se considerarmos Brás Cubas como uma “figura” que polariza importantes dimensões intertextuais do romance, seu diálogo com a literatura, a cultura e a história sócio-econômica e política do Brasil até então, podemos ver nestes *dous tios* do protagonista uma referência a dois pilares do processo de colonização do Brasil, as *armas* e a *catequese* do império português. A referência ganha localização pontual se pensarmos num diálogo (por ausência, que não escapa à intertextualidade) de Machado com *A confederação dos tamoios* e suas polêmicas. Neste poema, Magalhães busca uma absurda conciliação entre o genocídio praticado contra os tamoios, pelas armas portuguesas, e ao mesmo tempo a redenção desses índios, pelo sacramento mítico da cruz. Como vimos, São Sebastião exorta o tamoio a aceitar o extermínio em nome da integridade da pátria colonizada:

Índio! Se amas a terra em que nasceste,
E se podes amar o seu futuro,
A verdade da Cruz aceita e adora.
Que importa quem a traz ser inimigo,
Se o bem fica, e supera os males todos!
(...)
Assim desses cruéis, corruptos homens,
Que vos flagelam hoje, um santo germe
Aqui produzirá filhos melhores.

“Decida o leitor entre o militar e o cônego”. Esta expressão parece ecoar, agora, como uma perversa opção deixada por Brás Cubas. Tal propagação discursiva redimensionaria o discurso da “história monumental”, conciliadora e teleológica, propondo a fratura de um olhar genealógico que, como disse Foucault, procura restabelecer “os diversos sistemas de submissão”.

Da *falsificação à invenção*, teatralizados pelo olhar deslocado do *defunto autor*, o salto não foi muito grande, já que o discurso normativo que busca uma “origem” mantém-se íntegro, pelos Cubas, mas na berlinda, pelos deslocamentos narrativos. Vejamos como se articula a *invenção* dos Cubas: “Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto de Damião, que o dito apelido fora dado a um cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prêmio da façanha que praticou, arrebatando trezentas cubas aos mouros.”

O que podemos notar é que a “invenção” do pai de Brás Cubas tem uma sustentação histórica bastante pertinente ainda para se pensar toda a empreitada das grandes navegações e da colonização do Novo Mundo. Para uma leitura nesta direção, parecem oportunas as considerações de Boaventura de Souza Santos a respeito do “processo histórico de polarização e de descontextualização da identidade [que] conhece uma série de desenvolvimentos paralelos. Um deles, crucial para a interpenetração da modernidade com o capitalismo, ocorre na Península Ibérica e são seus protagonistas Portugal e Espanha”. (Santos, op., cit., p.138) Vejamos o que diz Boaventura sobre este processo:

Em 2 de janeiro de 1492, poucos meses antes de Colombo iniciar a sua viagem, cai Granada e com ela terminou oito séculos de domínio mouro na península. Logo depois, milhares e milhares de livros escritos e preservados ao longo de séculos são queimados no fogo da Santa Inquisição, a mesma que a partir de 31 de março de 1492 cumpre o edito de Isabel de Castela, expulsando os judeus e confiscando-lhes os bens com que vão ser financiadas logo a seguir as viagens de Colombo. É o fim do Iluminismo mouro e judaico sem o qual, ironicamente, a Renascença não seria possível. (...) Esse riquíssimo processo histórico de contextualização e de recontextualização de identidades culturais é interrompido violentamente por um ato de pilhagem política e religiosa que impõe uma ordem que, por se arrogar o monopólio regulador das consciências e das práticas, dispensa a intervenção transformadora dos contextos, da negociação e do diálogo. Assim se instaura uma nova era de fanatismo, de racismo e de centrocismo. A concomitância temporal deste ato com o início das viagens de Colombo não é uma mera coincidência; estamos no prelúdio do etnocídio dos povos ameríndios, assistimos ao ensaio ideológico e lingüístico que o vai legitimar. A subjetividade do outro é negada pelo fato de não corresponder a nenhuma das subjetividades hegemônicas da modernidade em construção: o indivíduo e o Estado. (Idem, p. 138-9)

A longa citação se justifica, sobretudo, pelo que tem de ilustrativo de uma dinâmica histórica que, cruzando-se com a *invenção* referida por Brás Cubas, diz com muita propriedade esse descentramento inerente aos acontecimentos do passado. “A genealogia é a história como um carnaval organizado”, diz Foucault, atribuindo-lhe a força motriz da paródia (op. cit., p. 34). História como paródia da “origem”, assim se desdobram as genealogias de Brás Cubas, seja no tronco da *falsificação*, seja no da *invenção*. Em ambas, o autor ensina a “rir das solenidades da origem”, como diz Foucault a respeito da história.

A colonização do Brasil, demonstram as estratégias de construção de identidades articuladas pelos Cubas machadianos, é a confirmação de um duplo processo de

pilhagem: o confisco dos bens de judeus e mouros (lembremos das trezentas cubas mouriscas), que patrocinou a vinda de “fidalgos” portugueses para a terra recém “descoberta”; e a pilhagem da nova terra por meio do trabalho forçado (escravo) dos seus verdadeiros donos, dos que aqui já estavam, dos mais antigos – em bom tupi, Os Tamoios¹⁵.

Imaginação graduada em consciência – com esta frase, Brás Cubas nos remete à concepção de uma história sacralizada, fechada em si mesma. Lendo-a no contexto criado pelo autor das *Memórias póstumas*, e observando os deslocamentos conceituais operados pela narrativa, podemos fazer a crítica desta mesma história metafísica, história esta erigida no que Walter Benjamin chama de *tempo homogêneo e vazio*¹⁶.

Por fim, podemos dizer que Machado de Assis reverte as engrenagens de uma história/memória sacralizadora e monumental, e nos propõe, com sua obra, uma *consciência graduada em ficção*.



NOTAS

1 Todas as considerações de Michel Foucault, neste trabalho, foram retiradas do seu livro *Microfísica do poder* (1979), no capítulo intitulado “Nietzsche, a genealogia e a história”, p. 15-37. Assim, fica evidente que as reflexões atribuídas de agora por diante a Foucault são, em grande parte, uma leitura sua do pensamento nietzschiano.

2 Brás Cubas (1550, Porto, 1592? - 1597?, Santos): Colonizador, “sertanista e fidalgo português”. Chegou ao Brasil em 1532, junto com a expedição de Martim Afonso de Souza. Por doação de Ana Pimentel, mulher e procuradora do primeiro donatário da capitania de São Vicente, obteve as terras de Jurubatuba, fronteiras à ilha de Engaguaçu (1536). Posteriormente adquiriu nessa ilha as terras de Pascoal Fernandes e Domingos Pires, fundando ali a capela de Nossa Senhora da Misericórdia e um hospital com o nome de Todos os Santos, que daria origem mais tarde ao nome da povoação que crescia em torno dele (Santos). Moveu guerra aos índios tamoios mandando para tanto construir os fortes de São Felipe e São Tiago. De 1545 a 1549 exerceu o cargo de capitão-mor e governador da capitania de São Vicente, da qual em 1561 foi designado provedor e contador das rendas e direitos. Mais tarde foi também provedor da capitania de Santo Amaro e comprou, com autorização real, os cargos de feitor e almoxarife da capitania. De 1555 a 1556 voltou a ocupar o cargo de capitão-mor de São Vicente. Em 1560, por ordem de Mem de Sá, fez uma entrada em busca de ouro, acompanhado pelo mineiro Luís Martins, percorrendo trezentas léguas e enviando, quando de retorno, amostras à corte: alguns autores afirmam haver atingido o rio das Rãs, no limite atual dos estados de Minas Gerais e Bahia. Foi um dos defensores da vila de Piratininga quando do ataque dos indígenas, em 1562. Acompanhou Estácio de Sá, por ocasião da fundação do Rio de Janeiro, auxiliando na vitória contra os indígenas (1567). Participou a seguir da expedição de Jerônimo de Leitão que exterminou em Cabo Frio os últimos tamoios que ali se haviam refugiado (1575). Recebeu três sesmarias pelos serviços prestados: Mariti, Ambeú e São Sebastião. Terminou seus dias como alcaide-mor da Capitania de São Vicente (in *Tudo: Dicionário enciclopédico ilustrado*. São Paulo: Abril Cultural, 1977, p. 396).

- 3 Sabemos que os mouros, povos de origem étnica berbere-árabe, são originários do norte da África. No século VII, conquistaram grande parte do sul da Espanha, estabelecendo-se na província de Andaluzia, onde fundaram a cidade de Granada, capital da Andaluzia – tradicional centro cultural, com rica arquitetura, na qual se mesclam estilos ocidentais e mouriscos. Foi um dos centros da Renascença na Península Ibérica. A partir do século XIII, os mouros começaram a enfrentar ataques cristãos, no chamado processo de Reconquista Cristã. Foram definitivamente derrotados em 1492, quando os reis católicos Fernando e Isabel ocuparam Granada.
- 4 Em 1858, dois anos depois desta acirrada polêmica, Machado de Assis, então com 19 anos, publica um artigo em que pretende fazer um balanço estético e ideológico da literatura brasileira, intitulado “O passado, o presente e o futuro da literatura” (ASSIS, 1994: 785-787, v. III). Neste, e em suas produções críticas futuras, é instigante o fato de que Machado não se refira ao poema épico de Magalhães nem à polêmica gerada por Alencar.
- 5 Digo aparentemente porque, como Magalhães, José de Alencar muitas vezes assume, em sua obra indianista, uma postura de tendência dicotômica em relação aos agentes do processo de colonização. E Magalhães, ao imputar os atos vis e perversos da colonização à figura de Brás Cubas, o “português mau”, preserva a figura do “colonizador bom”, representada, justamente, pelas personagens históricas reclamadas por Alencar: Mem de Sá, Estácio de Sá e José de Anchieta.
- 6 Acreditamos que a concepção de “nação” proposta por Magalhães, em relação aos Tamoios, tem como respaldo as reflexões de Ernest Renan, reiteradas ao longo da segunda metade do século XIX, mais precisamente, a partir dos seus primeiros textos, em 1848, tendo como ponto culminante o tratado “O que é uma nação”, de 1882. O pensamento de Renan teria sido paradigmático para intelectuais franceses e brasileiros (entre estes, Magalhães, que vivia na França neste período, e o próprio Alencar). Vejamos uma das “noções de nação” atualizadas por Renan, no contexto oitocentista: “A nação como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, sacrifícios e de devoções – um passado heróico, grandes homens, glória (refiro-me à verdadeira) eis o capital social sobre o qual se assenta uma idéia nacional” (Ernest RENAN: [1882] 1997: 39).
- 7 Como informa o historiador Edmundo Muniz, “Os índios possuíam grande parte do território do Rio de Janeiro e São Vicente. A vitória era certa, José Ramalho, *Brás Cubas*, bem como outros chefes de Santos e São Paulo, não tinham a menor esperança sobre o destino da capitania que seria ocupada pelos tamoios. Mas tal não aconteceu graças à paz tratada pelos tamoios com os jesuítas. Mas o tratado de Iperoig não foi cumprido. Não passou de um pretexto dos portugueses para ganharem tempo e se fortalecerem e atacarem os tamoios, o que aconteceu quando se sentiram mais fortes...” (Moniz, *in* MAGALHÃES, op. cit., p. 12-3; grifos nossos).
- 8 Considerando-se a interface ficção/história, Jagoanharo pode ser tido como o primeiro diplomata brasileiro: pertencente à tribo dos guanases, que se dividiu durante a Confederação, Jagoanharo, filho de Ararái (chefe de uma parte da tribo dividida), é designado pelo seu povo para negociar a paz com o seu tio Tibiriçá (chefe da facção que se aliou aos portugueses). Jagoanharo e seu povo são traídos por Tibiriçá, que mata o sobrinho em combate. Logo depois, Tibiriçá morre e é sucedido por Araribóia – índio que se alinha aos propósitos de descontextualização das identidades locais impostos pelo processo colonizador. Araribóia, “cobra feroz”, batiza-se Martin Afonso de Souza: amigo dos jesuítas e do governador-geral, vestia-se com roupas trazidas de Lisboa, enquanto os seus trabalhavam como escravos da colônia lusitana (cf. em Gonçalves de MAGALHÃES, *A confederação dos tamoio*, 1994, e em Aylton Quintiliano, *A guerra dos tamoios*, 2003).
- 9 MAGALHÃES, op. cit., p. 131 (Canto Sexto). Este trecho ilustra exemplarmente a concepção de “nação” tamoia atualizada por Gonçalves de Magalhães, conforme o pensamento oitocentista marcado pelas idéias de Ernest Renan (cf. nota n. 10).
- 10 ALENCAR, *Ao correr da pena*, s/d., p. 143 a 145.

- 11 “[51]. DOAÇÃO DOS CHÃOS E TERRA QUE DEU BRÁS CUBAS E MANOEL VELOSO AOS PADRES JUNTO DA VILLA DE SANCTOS – Saibão quanto êste estromento de dada de terras pera todo sempre virem em como no ano do nascim.^{to} de Nosso Sor Jhu Xpo. de mil e quinhentos e sessenta e sete anos, aos vinte e hum dia do mês de julho, nesta Vila do pôrto de Santos, costa do Brazil, Capitania de São V.^{te}, de que hé capitão e G.^{dor} por El-Rei Nosso sor Martim A.^o de Souza, do Conselho do dito Sor etc. Nesta dita Vila, nas casas de *Brás Cubas, cavalleiro fidalgo* da Casa d’El-Rei Nosso Sor, e alcaide-mor desta Vila de Santo, e provedor da Fazenda do dito Sor nesta Capitania de São V.^{te} e da Capitania de Santo Amaro, e em prezença de mim tabellião e das t.^{as} todo ao diente nomeados, pareceo o dito *Brás Cubas* e Manoel Vellozo, seu gemro, e por êles ambos juntamente e cada hum por si, foi dito logo pello dito *Brás Cubas* que êle por ser m.^{to} serviço do Sor Ds. e a bem proveito desta terra, avia por bem de dar à Companhia de Jesu huma terra e chãos que estão indo desta Vila, passando as casas de Bartolameu Carrasco, que forão e começando do ribeiro em diante e ribeiro que lhe deram que agora são da dita Companhia...” (in Anais da Biblioteca Nacional, v. 82, 1962, Livro de Tombo do Colégio da Companhia de Jesus, p. 102-3, grifos nossos).
- 12 Vejamos alguns trechos do romance ubaldiano que, na esteira machadiana, rasuram o discurso histórico e propõem construções genealógicas que denunciam a invenção e/ou falsificação da origem: *Amleto Ferreira, para vos servir ao Monsenhor.* / – *É nome cristão? Amleto, nunca ouvi?* / – *Tem origem numa lenda grega.* [...] *Não sei bem, Monsenhor, o meu pai é inglês.* / – *O teu pai é inglês? Mas temos coisa, temos mesmo coisa! Mas és pardo, não és?* [...] *Abriu na página onde se estampava o retrato do primeiro dos Ferreira-Duttons, Amleto Henrique Nobre Ferreira-Dutton. Extensa biografia.* [...] *Olhou para o retrato do trisavô [...]. Branco que parecia leitoso, o cabelo ralo e muito liso escorrendo pelos lados da cabeça, podia perfeitamente ser inglês, como, aliás, quase era, só faltou nascer na Inglaterra* (João Ubaldo Ribeiro: 1984, p. 65 e 642).
- 13 Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, informa que, “no Brasil colonial, a organização dos ofícios segundo moldes trazidos do reino teve seus efeitos perturbados pelas condições dominantes: preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira, capaz de garantir relativa independência aos ricos, entretanto, por outro lado o comércio e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades”. Dentre estes poucos artífices, “os que conseguiram acumular algum cabedal (...) tratavam logo de abandonar seus ofícios para poderem desfrutar das regalias ordinariamente negadas a mecânicos. (...) Embora a lei não tivesse cogitado em estabelecer qualquer hierarquia entre as diferentes espécies de trabalho manual, não se pode negar que existiam discriminações consagradas pelos costumes, e que uma intolerância maior prevaleceu constantemente com relação aos ofícios da mais baixa reputação social” (1987: 27).
- 14 “De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: – amor da glória”.
- 15 “Esse nome não foi suficientemente explicado. O fato, porém, é que não existiu tribo alguma no Brasil com a denominação tamoio. Não se encontra, nos escritos antes da confederação, qualquer referência ao nome tamoio”. No Rio de Janeiro, cenário do sangrento embate entre os índios confederados e as forças opressoras, viviam, no litoral, os tupinambás e, mais ao interior, os goitacases. “Tamoio é uma palavra que significa o mais velho da terra, o que chegou primeiro, o dono. E a Confederação dos Tamoios quer dizer a Confederação dos Donos da Terra. Confederação dos Nativos”. Aylton Quintiliano, p. 64.
- 16 Como explica Luiz Alberto Brandão Santos, este “tempo homogêneo e vazio” de que fala Benjamin, caracteriza-se como “um tempo horizontal no qual a um presente pleno corresponde uma visibilidade eterna e total do passado e uma perspectiva progressiva e progressista do futuro. Nesse tempo, o presente surge sempre como forma-mãe, em torno do qual se reúnem e se diferenciam o futuro e o passado. Passado e futuro seriam, assim, meras modificações de um presente essencial” (“As sombras da nação”; in *Revista Brasileira de Literatura Comparada* (1996). Rio de Janeiro: Abralic, n.3, p. 180).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José (1953). “Cartas sobre *A confederação dos Tamoios*”, in: José Aderaldo CASTELO, *A polémica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: FFCL da Universidade de São Paulo.
- ALENCAR, José (1994). *O Guarani*. 18 ed., São Paulo: Ática.
- ALENCAR, José *Ao correr da pena*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- ANAIAS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v.82, 1962, Livro de Tombo do Colégio da Companhia de Jesus.
- ANDERSON, Benedict (1989). *Nação e consciência nacional*; trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática.
- ANDERSON, Benedict (1997). “Memória e esquecimento”, in: ROUANET, Maria Helena (org.), *Nacionalidade em questão*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Caderno da Pós/Letras.
- ASSIS, Machado (1994). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 3 v
- BHABHA, Homi (1997). “Narrando a nação”, in: ROUANET, Maria Helena (org.), *Nacionalidade em questão*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Caderno da Pós/Letras.
- CASTELLO, José Aderaldo (1953). *A polémica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: FFCL da Universidade de São Paulo.
- CHAVES, Vânia Pinheiro (2000). *O despertar do gênio: uma leitura de O Uruguai de José Basílio da Gama*. São Paulo: UNICAMP.
- COUTINHO, Eduardo de F. (2001). “Discurso literário e construção da identidade brasileira”, in: *Légua & Meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana-Ba: Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural - PpgLDC / UEFS, n. 1, 2001-2, p. 224-236 (ISSN 1676-5095).
- COUTO, Jorge (1995). *A construção do Brasil*. Cosmos: Lisboa.
- FOUCAULT, Michel (1993). *Microfísica do poder*. 11 ed., trad. de Roberto Machado; Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, José Domingo (1994). *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Secretária de Estado de Cultura.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (1987). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MAGALHÃES JUNIOR, R. (1971). *José de Alencar e sua época*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A.
- MENEZES, Raimundo de (1967). *Cartas e documentos de José de Alencar*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- PEREIRA, Elvya Ribeiro (2001). “Nacionalismos e identidades. Do revisionismo crítico à ‘latinidade’ *Belle Époque*”, in: *Taira, Revue du Centre de recherche et d'études lusophones et intertropicales*. Grenoble/France: Université Stendhal-Grenoble 3, 2001, v.11, p. 257-276 (ISSN 1145-3559).
- PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro (2000). *Piguara: Alencar e a invenção do Brasil*. Feira de Santana: UEFS.
- PEREIRA, Elvya Ribeiro (2001). “Alencar, O Piguara. Entre a natureza e a cultura”, in: Rita OLIVIERI-GODET e Lícia Soares de SOUSA (Orgs.). *Identidades e representações na cultura brasileira*. João Pessoa-PB: Idéia, 2001. p. 21-34 (ISBN 85-86867-69-1).
- PEREIRA, Elvya Ribeiro e PEREIRA, Rubens Alves (2000). “Tradition et modernité: Gilberto Freyre et le regionalisme du Nordeste”, in OLIVIERI-GODET, Rita e BOUDOY, Maryvonne, *Le modernisme brésilien*. Université, Paris-França: Paris 8, Vincennes - Saint Denis.
- PEREIRA, Elvya Ribeiro (1997). “Machadianas”, in: *A cor das Letras*, Ano 1, nº 1, dezembro de 1997. Feira de Santana-Ba.: Universidade Estadual de Feira de Santana (Revista do Departamento de Letras e Artes da UEFS).
- PEREIRA, Rubens Alves (1999). *Fraturas do texto: Machado e seus leitores*. Rio de Janeiro: Sette Letras; Feira de Santana-Ba.: UEFS.
- QUINTILIANO, Aylton ([1965] 2003). *A guerra dos tamoios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- RENAN, Ernest (1997). “O que é uma nação?”, in: ROUANET, Maria Helena (org), *Nacionalidade em questão*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Caderno da Pós/Letras.
- SANTIAGO, Silvano (1971). “A palavra de Deus”, in: *Barroco*, Rio de Janeiro, nº 3.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1996). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2 ed., São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Luís Alberto Brandão (1996). “As sombras da nação”, in *Revista brasileira de literatura comparada*, Rio de Janeiro: Abralic, v. 3.
- RISÉRIO, Antonio (1993). *Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago.
- SAID, Edward (1995). *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTIAGO, Silvano (Coord.) (2002). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- TODOROV, Tzvetan (1993). *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes.

Resumo

Analisar a figura de Brás Cubas construída por Machado de Assis e seu romance homônimo, levando em consideração a figura histórica da colonização portuguesa e a figura do poema épico *A confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, no crivo da polêmica desencadeada por Alencar. Apontar as reencenações diretas e indiretas da emblemática figura machadiana em momentos diversos da literatura e da cultura brasileira.

Palavras-chave: Nação, identidades, genealogia.

Résumé

Le but de ce travail est d’analyser le personnage de Brás Cubas et le roman homonyme créés par Machado de Assis. Dans cette analyse, nous prenons en considération le personnage historique de la colonisation portugaise et le personnage du poème épique *A confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, dans la perspective de la polémique déclenchée par Alencar. Nous montrons également les remises en scène directes et indirectes de la figure emblématique de Machado de Assis, à des moments divers de la littérature et de la culture brésiliennes.



PEREIRA, Elvya Ribeiro. As migrações de Brás Cubas ou contracenanas da identidade. *Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, v. 4, nº 3, 2005, p. 143-167.

Élvya Ribeiro Rereira é Doutora pela PUC-RJ, com estudos pós-doutorais na França e Professora Titular de Literatura Brasileira da UEFS. Autora de *Piguara: Alencar e a invenção do Brasil*, dentre outros trabalhos publicados e organizados.